

Ano 18, Vol. XVIII, Núm.1, jan-jun, 2025, pág.7-22.

DIFERENÇAS E SIMILARIDADES NA ORGANIZAÇÃO DOS HÁBITOS DE ESTUDO EM ESTUDANTES DA EJA NO BRASIL (HUMAITÁ E LÁBREA-AM) E MOÇAMBIQUE (TETE - REGIÃO CENTRO), ANALISANDO INFLUÊNCIAS CONTEXTUAIS NAS PRÁTICAS E ATITUDES EM RELAÇÃO AO ESTUDO.

Carly Ghermeson Garcia Soares¹

Suely A. do N. Mascarenhas²

Antônio Alone Maia³

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa no âmbito do ensino comparado com objetivo de analisar a influência e organização das condições de estudos destinados ao processo de ensino-estudo-aprendizagem escolar de jovens, adultos e idosos, através da modalidade da EJA – Educação de Jovens e Adultos, com destaque as percepções socioculturais e possíveis diferenças associadas às atividades domésticas e escolares dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio, realizando diagnóstico sociodemográfico de qualidade de vida com os discentes e análise dos indicadores sobre os hábitos de estudo e rendimento escolar. A pesquisa realizou-se em 06 (seis) estabelecimentos de ensino, sendo 03 (três) escolas do Município de Humaitá, 02 (duas) escolas do município de Lábrea no Estado do Amazonas e 01(uma) escola de Moçambique em Tete Região Centro. Trata-se de uma pesquisa de campo, transversal, com abordagem descritiva, documental. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados para validação da pesquisa são formulários impressos e respondidos por escrito aos participantes de Moçambique e via on-line pelo Google forms respondidos pelos participantes do Brasil, são perguntas fechadas com opção de comentários em questões específicas, de forma voluntária através de análise qualitativa e quantitativa. Os resultados sugerem que os objetivos foram atingidos, destacando importantes características, simetrias e assimetrias entre os sistemas de ensino pesquisados. O que poderá apoiar a proposição de novas políticas públicas para melhoria dos indicadores da EJA.

Palavras chave: Educação de jovens, adultos e idosos; hábitos de estudo; ensino comparado Brasil e Moçambique.

ABSTRACT

This study is a research in the scope of comparative education with the objective of analyzing the influence and organization of the conditions of studies destined to the school teaching-learning process of young people, adults and elderly, through the modality of EJA - Education of Young People and Adults, highlighting the sociocultural perceptions and possible differences associated with the domestic and school activities of students of Elementary and High School, carrying out a sociodemographic diagnosis of quality of life with students and analysis of indicators on study habits and school

¹ Mestrando do PPGECH/IEAA/Universidade Federal do Amazonas; e-mail: carlyhumaita@gmail.com

² Docente do PPGECH/IEAA/Universidade Federal do Amazonas; e-mail: suelyanm@ufam.edu.br

³ Docente PPGECH/UNIROVUMA; alonemaia13@gmail.com

performance. The research was carried out in 06 (six) educational establishments, being 03 (three) schools in the municipality of Humaitá, 02 (two) schools in the municipality of Lábrea in the State of Amazonas and 01 (one) school in Mozambique in Tete, Central Region. This is a field, cross-sectional research, with a descriptive, documentary approach. The instruments used to collect data for validation of the research were printed forms answered in writing by participants from Mozambique and online via Google Forms answered by participants from Brazil. These are closed questions with the option to comment on specific questions, voluntarily through qualitative and quantitative analysis. The results suggest that the objectives were achieved, highlighting important characteristics, symmetries and asymmetries between the education systems studied. This could support the proposal of new public policies to improve EJA indicators.

Key words: Education of young people, adults and the elderly; study habits; comparative education Brazil and Mozambique.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa realizado ao abrigo do PPGECH-UFAM, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, no âmbito do ensino comparado, voltado aos hábitos de estudos com abrangência local, no Brasil com destaque aos municípios de (Humaitá e Lábrea – AM) e internacional em Moçambique, com destaque a província de (Tete - Região Centro). Registramos resultados publicados na Nova Revista Amazônica, UFPA - Universidade Federal do Pará, “A organização dos hábitos de estudos no ensino de jovens, adultos e idosos, na modalidade – EJA, nos municípios de Humaitá e Lábrea-AM, Brasil e na cidade de Tete – Região Centro de Moçambique”, Soares; Mascarenhas; Maia (2024) e o capítulo do livro, “Obstáculos e desafios para a motivação de estudantes na educação de jovens, adultos e idosos no Brasil (Humaitá e Lábrea – AM) e Moçambique (Tete - Região Centro)”, Soares; Mascarenhas; Maia (2023).

O tema envolve educação, ensino e aprendizagem, com objetivo de ampliar informações sistematizadas de forma científica sobre a organização dos hábitos de estudo de jovens, adultos e idosos, em contexto escolar o que poderá contribuir com a oferta de informações que subsidiem uma reflexão para possível criação de novas ações que valorize e intensifique o processo educacional escolar na modalidade.

O estudo realizou-se através de pesquisa bibliográfica/documental, com análise de documentos e leis que orientam as políticas públicas da EJA, com breve histórico da educação de adultos no Brasil e Moçambique, com a participação de autores e pesquisadores da modalidade contribuindo com embasamento teórico. Foram coletados dados visando atender aos objetivos com aplicação de questionário com os sujeitos da pesquisa.

Humaitá, município brasileiro localizado no interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. Em 2022, a área do município era de 33.111,129 km², o que o coloca na posição 18 de 62 entre os municípios do estado. Sua população, de acordo com estimativas do (IBGE) em 2022, era de 57.473 habitantes, a densidade demográfica de 1,74 habitantes por quilômetro quadrado e a população estimada para 2024 é 62.312 pessoas.

Distrito criado com a denominação de São Francisco do Rio Madeira, pela Lei n.º 686, de 02-06-1885, subordinado ao município de Manicoré. Pela Lei n.º 790, de 13-11-1888, transfere-a do distrito para o lugar Humaitá, conservando esta denominação. Elevado à categoria de vila com a denominação de Humaitá, pelo Decreto n.º 31, de 04-02-1890, desmembrada do município de Manicoré. Mantido como município pela Lei n.º 33, de 04-11-1892. De acordo com o Decreto n.º 95-A de 10 de abril de 1891, assinado pelo Governador Eduardo Ribeiro, foi criado a Comarca de Humaitá. Em outubro de 1894, Humaitá é elevada à categoria de cidade. Elevado à condição de cidade com a denominação de Humaitá, pela Lei Estadual n.º 90, de 04-10-1894.

Lábrea-AM, município brasileiro do interior do Amazonas, Região Norte do país. Com uma área de 68.262,68 km² o que o coloca na posição 06 de 62 entre os municípios do estado. Em 2022, a população era de 45.448 habitantes, a densidade demográfica era de 0,67 habitantes por quilômetro quadrado e a estimativa para 2024 é de 48.927 pessoas de acordo com estimativas do (IBGE) em 2022.

A cidade de Lábrea foi fundada através da lei provincial número 523 de 14 de maio de 1881, elevando a freguesia de Lábrea à categoria de vila. Sua história, que remonta às grandes levas de imigrantes nordestinos durante a fase áurea da borracha, encontra-se intimamente ligada ao movimento da Igreja Católica. A maior parte de sua extensão territorial é quase que totalmente formada pela densa selva amazônica, tomando-se a estrada para Humaitá -AM. É uma região ainda quase que despovoada, [Lábrea \(2024\)](#).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE, (PNAD) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, aponta que no ano de 2022 havia no Brasil, 162.951.495 milhões de pessoas de 15 anos ou mais de idade, em que a taxa de analfabetos representa 11,4 milhões de pessoas, (7%) da população que não escrevem e nem leem. O grupo de idade de 65 anos ou mais permanece com a maior taxa (20,3%).

No Amazonas, de 2.866.187 pessoas com esta faixa etária, (5,4%), são analfabetas, totalizando 198.976 com 15 anos ou mais de idade. Em Humaitá-AM, dos 41.173 habitantes a taxa de analfabetismo é de 11,25%, com um total de 4.635 pessoas. Em Lábrea-AM de um total de 31.827, o índice é de 19,59%, totalizando 6.238 pessoas.

A província de Tete foi formada a partir do distrito de Tete do período colonial. Este distrito foi criado por decreto de 24 de Novembro de 1835, a partir do distrito de Quelimane. Tete é uma província da região central de Moçambique continente africano, sua capital é a cidade de Tete, localizada a cerca de 1570 km a norte da cidade de Maputo, a capital do país, esta província está dividida em 15 distritos e possui, desde 2022, cinco municípios.

De acordo com os resultados preliminares do Censo de 2017, a província de Tete tem 2.764.169 habitantes em uma área de 100 724 km², e, portanto, uma densidade populacional de 27,4 habitantes por km². Quando ao género, 51,2% da população era do sexo feminino e 48,8% do sexo masculino, Pélissier (2000) e *Instituto Nacional de Estatística. 29 de dezembro de 2017*.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística através dos Estudos Temáticos do Censo 2017- Infográfico, Educação em Moçambique, a população de 25 ou mais anos por nível de educação concluído em que a população da província de Tete Região Centro estipulasse de 50% a 70% com nenhum nível de educação concluída; de 25% a

35% com o ensino primário concluído e apenas acima de 10%, concluiu o ensino secundário, ou seja, pouco menos de 90% não concluiu o ensino básico.

BRASIL, EJA - BREVE HISTÓRICO

Os primeiros registros sobre a educação de adultos datam do início do período colonial, com a chegada dos padres jesuítas ao Brasil, em 1549. Os quais o objetivo era de caráter religioso, objetivando catequizar e ensinar os indígenas como se comportar diante a sociedade que havia chegado na época no Brasil.

Da segunda metade do século XVIII até o século XIX, a educação ficou esquecida em consequência da expulsão dos jesuítas e em detrimento de outros fatores que para época consideravam desnecessário a educação escolar em se tratando da concentração da população na zona rural, em que, a necessidade do trabalho na agricultura não necessitava de estudo, a falta de material humano capacitado, além da escravidão que perdurou até 1888, (Souza 2007).

No período imperial, em 1824, foi criada a Primeira Constituição brasileira, que garantia a todos os cidadãos, direito à instrução primária e gratuita. Apesar disso, a lei não teve um grande impacto na sociedade, pois, na época, eram considerados cidadãos apenas os integrantes da elite econômica. (Haddad; Di Pierro, 2000).

Em meados de 1870, começaram a surgir escolas noturnas com o objetivo de alfabetizar os trabalhadores analfabetos e “civilizar as camadas populares”. (Marquez; Godoy 2020).

O ensino escolar dos adultos começa a ganhar força com as mudanças sociais pela expansão da industrialização e da urbanização, com o êxodo rural, nas primeiras décadas do século XX. Essas mudanças refletiram na redação da Constituição de 1934, que reconheceu pela primeira vez a educação como um direito de todos, sendo responsabilidade da família e do estado, (Marquez; Godoy 2020).

Nos anos 1940, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial em 1945, a educação popular e a alfabetização de adultos passaram a ser vistas como um instrumento para a redemocratização e o desenvolvimento do país, Instituto Nacional de Ensino (2010)

Já na década de 1950, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 1950, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional) (GADOTTI, 1992). Na década de 1970, essas duas correntes continuaram a ser entendidas como Educação não formal e como suplência da mesma. Com isso, desenvolve-se no Brasil a tão conhecida corrente: o sistema MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), propondo princípios opostos aos de Paulo Freire.

Segundo Marquez; Godoy (2020):

Outro ponto importante dessa constituição é apresentado no artigo 150, que determina a criação de um Plano Nacional de Educação. Todavia o plano foi aprovado em 1962, após o término do regime do Estado Novo. O mesmo artigo 150 faz menção à educação de adultos quando determina que o ensino

primário integral gratuito e de frequência obrigatória deve ser extensivo aos adultos. Essa foi a primeira vez que a educação de adultos foi mencionada em um documento oficial, sendo esse o marco (inicial) para a legitimação da demanda de educação adulta.

Em 1985, o MOBRL é extinto e adotado um novo sistema de ensino através da Fundação EDUCAR (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos). Com o início da Nova República, sendo ofertado gratuitamente para o ensino de 1º Grau aos jovens e adultos. Neste período, ocorreu a descentralização dos recursos para investimentos na educação de jovens e adultos, passando a responsabilidade dos estados e municípios o dever da escolarização dessa modalidade.

Segundo Beleza e Nogueira (2020):

A fundação EDUCAR também não conseguiu permanecer atuando e foi extinta no ano de 1990 no governo Collor, que não desenvolveu outro programa para a Educação de Adultos que garante suas funções. Assim, ainda na década de 1990, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, na qual a EJA passa a ser considerada uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio.

Em 1996 foi promulgada a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, a EJA, passou a ser considerada uma modalidade da educação básica, determinando que os sistemas de ensino ofereçam gratuitamente oportunidades educacionais apropriadas de acordo com as condições de vida e de trabalho do público alvo da modalidade.

No ano 2000 foram divulgados as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação. Esse documento supera a discriminação do analfabeto como “inculto”. Com formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos aos cursos noturnos regulares da modalidade. Neste mesmo período, foi destacada a inclusão da educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 09/01/2001, pelo governo federal.

Em 2014, entrou em vigência o Plano Nacional de Educação 2014-2024. O Plano é constituído por 20 metas e suas respectivas estratégias, sendo as metas 8,9, 10 direcionadas para a EJA.

Beleza e Nogueira (2020) ressaltam que:

É notório que a EJA demanda estar sempre em luta para não ser colocada em segundo plano nas políticas públicas educacionais. Um exemplo recente é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foi bastante criticada, sendo um dos motivos a influência da iniciativa privada na sua elaboração. Na primeira versão preliminar da Base, notou-se a ausência total da menção sobre a EJA, o que foi justificado pelo MEC ao argumentar que os conteúdos foram pensados para todos os estudantes em todos os níveis. Na segunda versão da BNCC, a única alteração encontrada no documento na tentativa de incluir a EJA foi o acréscimo de “jovens e adultos” à expressão “crianças e adolescentes” o que agrava o problema, pois homogeneiza o currículo,

ignorando as características dessa modalidade. Na terceira e última versão do documento, publicado em 2017, permanece o descaso com a modalidade, não contendo orientações específicas para o desenvolvimento do currículo.

MOÇAMBIQUE, EJA - BREVE HISTÓRICO

Serão destacados dois períodos do processo de educação em Moçambique, antes da Independência e pós-Independência. A Educação em Moçambique no período antes da Independência pode ser dividida em duas etapas que marcam a história que são: a) a educação no período colonial e b) a educação no governo de transição. Na primeira etapa deste período, ou seja, a educação no período colonial vai de 1845 a 1974, e teve como característica principal a dominação, alienação e cristianização da educação, (Matias e Lima 2021).

o País herdou dos colonos um índice elevadíssimo do analfabetismo, que era de 93%, pelo que urgiu a necessidade de desenvolver diversas ações e práticas educativas que pudessem a curto ou médio prazo reduzir esta cifra (Mazula, 1995 apud Matias e Lima 2021)

A independência de Moçambique foi proclamada em 1975 em que os colonos portugueses ficaram no território mais de 500 anos. Com esse marco dar-se início a primeira etapa da EJA no país, que se estende até meados da década 80. A trajetória da alfabetização e educação de jovens e adultos em Moçambique pode ser entendida a partir de três etapas distintas, que marcam as políticas desta área, (Matias e Lima 2021). Nesse período, com importante destaque a Educação de adultos através do Sistema Nacional de Educação – SNE.

Em entrevista, professora Brígida Singo (2021) à revista Estudo Necessária: Considerando o processo histórico de Moçambique nas lutas pela Independência de Portugal, sobre a importância atribuída à educação pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), como principal força social.

A nacionalização da educação a 24 de julho de 1975 inicia com a proclamação do direito à educação para todos os moçambicanos (principal marco pós-independência), regida pela Constituição da República Popular de Moçambique (20 de Junho de 1975) e a consequente massificação do acesso à educação em todos os níveis de ensino e a criação dos centros de formação de professores primários. A independência trouxe uma nova dinâmica na educação em Moçambique, a qual se reflectia na garantia da educação para todos (educação popular), a expansão da rede escolar pelo Estado, que se baseava na sistematização das experiências de educação nas zonas libertadas, da formação de professores e da revisão curricular contínua.

A primeira campanha nacional de alfabetização em Moçambique foi lançada em 1978 até metade da década de 80, por Samora Moisés Machel, o então Presidente da República, sob o lema “façamos do País inteiro uma escola onde todos aprendemos e todos ensinamos” (Minedh, 2016). Em seguida mais três campanhas de alfabetização foram lançadas, sendo que somente a partir de 1980 seriam inclusas à educação de adultos correspondendo a 4ª classe do ensino atual.

O Sistema Nacional de Educação em Moçambique (SNE), que rege a educação atual entrou em vigor em 1983 junto ao Subsistema de Educação de Adultos (SSEA), com a finalidade de garantir oportunidade para população com idade maior de 15 anos

tivesse de se formar cientificamente, a primeira lei concebida no país após a independência nacional.

Moçambique (1983), SNE LEI 4/83 Artigo 21:

1) Assegurar o acesso da população trabalhadora à educação, com prioridade para a classe operária, camponeses cooperativistas e camadas sociais com papel fundamental no processo político, econômico, social e cultural da sociedade socialista; 2) Proporcionar uma formação científica geral que confira os conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias para aquisição de uma concepção científica materialista do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento, criando as condições para a superação da mentalidade obscurantista; 3) Desenvolver a consciência patriótica e revolucionária do Homem Novo (SNE LEI 4/83 Artigo. 21).

Na metade da década 80 inicia-se a segunda etapa da trajetória da EJA em Moçambique com duração até 1995. Esta foi uma época cuja característica principal era a redução significativa das ações de alfabetização e educação de adultos por motivos da intensificação da guerra de desestabilização em Moçambique, influenciada pelo regime do “Apartheid” da República Sul Africana (Matias e Lima 2021). Com o decorrer da guerra, grande parte da população moçambicana refugiou-se em outros países e nas grandes cidades de Moçambique, em busca de segurança, e onde ocorreram ações da EJA, na época.

Somente as organizações não-governamentais (ONGs), as confissões religiosas e algumas pessoas de forma individual é que garantiram a continuação de programas em escala menor, e esses na maioria tentaram inovar os programas, concebendo ações de alfabetização por meio de línguas locais, como forma de responder as limitações do momento (INDE/MINED, 1999).

A terceira etapa do percurso da EJA em Moçambique teve início em 1995 até os dias atuais. Em que a independência do país e o fim dos conflitos resultaram em uma redução significativa do índice de analfabetismo de 93%, para 39% segundo CENSO (2017).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, transversal, com abordagem descritiva documental. Para coleta de dados visando atender aos objetivos, recorreremos à aplicação de questionário de elaboração própria com perguntas fechadas e opção de comentário em questões específicas, aplicados por internet via Google forms com os estudantes participantes do Brasil (Humaitá e Lábrea-AM) em que os envolvidos possuem acesso aos aparelho/tecnologia e impressos respondidos por escrito com os participantes de Moçambique (Tete-Região Centro) em consequência da dificuldade e acesso aos aparelhos e internet.

As questões que constam no questionário são as mesmas para os envolvidos, através de análise qualitativa e quantitativa, foram utilizadas as duas técnicas com a intenção de fortalecer a base de dados e enriquecer a pesquisa com a descrição dos resultados. Uma investigação empírica que trata de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real.

Uma pesquisa exploratória e descritiva, o método adaptado com levantamento de percepções socioculturais e comportamento diante a aprendizagem escolar com relação aos hábitos de estudos associados aos estudantes, realizada nas Escolas Municipais e

Estaduais da EJA, do Ensino Fundamental e Médio, nos municípios de (Humaitá e Lábrea-AM, Brasil) e Ensino Fundamental (Tete – Região Centro, Moçambique).

A amostra aleatória por conveniência com participantes voluntários, sendo n= 60 (sessenta) estudantes que cursam a EJA, dos quais n= 19 (dezenove) estudantes de Moçambique, (Tete – Região Centro) e n= 41 (quarenta e um) participantes do Brasil (Humaitá e Lábrea - AM)

Tendo como critério para os voluntários, que cursam a EJA, com idade igual ou superior a 18 anos. Foram coletadas informações sociodemográficas e relacionadas à pesquisa, informado aos participantes observando procedimentos éticos vigentes com questões relevantes levados em consideração para o estudo:

- ✓ Informações sócio-demográficas relacionadas aos estudantes;
- ✓ Informações relacionadas à organização do ambiente e comportamento escolar estudantil e domiciliar quanto aos hábitos de estudos.

Procedimentos a aplicação dos instrumentos e a coleta de dados tabulados com recurso aos programas informáticos do Excel e interpretação dos dados conforme objetivos da pesquisa.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O questionário foi respondido de forma voluntária em agosto de 2024, dividido em dois blocos específicos e direcionados aos envolvidos por link de elaboração própria, onde tiveram acesso ao TCLE, Termo de Consentimento Livre Esclarecido, aprovado pelo CEP - Comitê de Ética em Pesquisa, Plataforma Brasil foi encaminhado via whatsapp de forma aleatória a mostra de conveniência aos participantes do Brasil e impressos respondidos por escrito aos voluntários de Moçambique.

Contexto da pesquisa (Moçambique, Tete – Região Centro)

A presente pesquisa realizou-se na Escola Primária Completa 03 de Janeiro, aplicado em agosto de 2024, com 19 (dezenove) estudantes do Ensino primário do 1º ciclo na EJA.

Informações sociodemográficas dos discentes

A seguinte pesquisa demonstra que os 100% dos participantes da pesquisa cursam a 2ª série Primária/1º ciclo de ensino da EJA no período diurno. Dos participantes, 66,6 % são do sexo feminino; 33,4% do sexo masculino. Com relação à idade: 26% possui idade entre 18 e 25 anos; 31,2% entre 26 e 35 anos; 31,2% entre 36 e 45 anos; 5,2% entre 46 e 55 anos e 5,2% maior que 55 anos. 67,6% se declaram solteiros; 10,4% casados; 15,6% divorciados e 5,2% viúvos.

Moçambique, (2018), Secção III - Artigo 06: “A Educação básica confere competências fundamentais à criança, jovem e adulto para o exercício da cidadania, fornecendo-lhes conhecimento geral sobre o mundo que os rodeia e meios para progredir no trabalho e na aprendizagem ao longo da vida”.

Com relação a dependentes: 17,5% não possuem; 35% possuem um dependente; 30% possuem dois dependentes; 17,5% possuem três dependentes. Os 100% dos entrevistados dizem ter responsabilidade doméstica.

De acordo com os índices, mais de 80% dos participantes da pesquisa possuem

dependentes. A obrigatoriedade de cuidar da família e da atividade empregatícia responsável pela renda toma grande parte do tempo dos estudantes da EJA. Segundo Ruiz (1996, p. 22), “O primeiro passo para quem quer estudar consiste em reorganizar a vida de maneira a abrir espaço para o estudo e planejar o melhor possível de seu tempo”.

Em relação à desistência de ano escolar por não conseguir conciliar atividade doméstica com a rotina de estudos: 32% afirmaram que sim, que já desistiram por esse motivo; 63% que não e 5% não respondeu.

Os estudantes em todas as modalidades de ensino precisam criar uma rotina de estudos, que os acompanhem de acordo com suas necessidades de maneira organizada para cumprimento e assimilação das atividades, não somente em ambiente escolar, mas fora dele de forma planejada, para efetivação dos hábitos de estudos. Segundo Ramalho (2001), muitos problemas de aprendizagem são explicados atualmente pelo uso impróprio de estratégias de estudos e também pela inexistência de hábitos de trabalho favorável à aprendizagem.

Possui local apropriado com condições estruturais para estudar em casa: 74% dos estudantes sim; 5% em parte e 21% que não.

Um dos fatores primordiais para se efetivar aprendizado é a importância do ambiente para os hábitos de estudos. Mascarenhas, Medeiros e Peluso (2013, p. 100) ressaltam que:

Um desses fatores é o ambiente que o estudante escolhe, ou tem disponível, para realização dessa atividade. O recomendável é que este ambiente seja silencioso e, de preferência, sem pessoas transitando. Evitando assim que o estudante quebre a linha de raciocínio e se desconcentre do seu foco. Adequações físicas também devem ser observadas, como iluminação e mobília (mesa e cadeira), pois refletem na saúde física do estudante. [...] Já no caso da mobília, uma boa postura é fundamental para evitar dores e problemas musculares, e até mesmo prevenir algumas doenças[...]. O local escolhido precisa ser também arejado, favorecendo que a prática de estudar não se torne algo cansativo e penoso.

O estudante necessita de um lugar fixo para o estudo com conforto, evitar distração, manter uma boa postura do corpo, estando corretamente acomodado com o material necessário para a atividade de estudo que será realizada, uma mesa que comporte os materiais, hidratar-se sempre e alimentar-se nas horas certas.

Questões infraestruturais do ambiente e comportamento de estudo

Frequência quanto ao hábito da leitura em casa: 5,3% consideram fraco; 42% consideram bom e 52,7% consideram ótimo.

Os hábitos de estudo contribuem para efetivação do aprendizado: 10,5% consideram fraco; 5,3% consideram regular; 21% consideram bom e 63,2% consideram ótimo.

Hábito de realizar atividades escolares em casa: 47,3% consideram bom; 47,3% consideram ótimo e 5,4% não respondeu.

O hábito de estudo, interfere em um novo estilo de vida, não só para o discente, como para as pessoas que se relacionam diretamente com o estudante.

Para Mascarenhas, Medeiros e Peluso (2013, p. 100-101).

Refletimos então sobre alguns fatores que se relacionam diretamente com a construção e manutenção dos hábitos de estudos como ambiente em que se estuda, o tempo que se dispõe para realização de estudos, a importância de se realizar uma leitura proveitosa para a aprendizagem, a realização de revisões periódicas dos assuntos já vistos anteriormente. [...] Nesses casos, o estudo diário torna-se um hábito mais difícil de adquirir, por exigir uma rotina bem sistematizada e com poucas chances de imprevistos.

A organização depende da atividade ativa do discente, dos conteúdos que estão sendo ministrados em aula e que necessitam de estudos extras para um aprendizado e conhecimento significativo. O estudante deve ser orientado pela comunidade escolar, a dedicar-se de um tempo para preparação dos trabalhos avaliativos, revisão das temáticas que farão parte do estudo. Relacionar os assuntos escolares com questões do dia a dia, trocar ideias com colegas de turma sobre os assuntos vistos em aula. Dessa forma obterá um aproveitamento mais significativo da aprendizagem.

Esse processo de fortalecimento do hábito de estudo acontece a partir da extensão da sala de aula, onde a posteriori será revisado e dado ênfase ao seu ambiente de estudo extraclasse, onde o professor e equipe técnico-administrativa da instituição sejam colaboradores nas instruções em concordância com os assuntos ministrados no ambiente escolar, passando a fazer parte da vivência do educando.

O critério de organização do horário cabe a cada indivíduo de acordo com sua rotina, ritmo e suas necessidades com esforço dedicação, disciplina, autorresponsabilidade e propósito, assegurando também a realização de outras atividades artísticas, desportivas, culturais e sociais, mantendo boa saúde de maneira geral.

Em se tratando da clientela da modalidade, que possuem uma história de vida, experiências e conhecimento através de sua vivência, com empenho e organização, os hábitos de estudos depende em especial do esforço e dedicação do estudante. Almeida e Mascarenhas (2006) se após o processo de estudo-aprendizagem o sujeito não estiver em condições de falar, escrever, argumentar sobre os assuntos objeto do seu estudo, não conseguindo evocar os conceitos e tópicos representativos, sua aprendizagem não pode ser avaliada como eficiente e precisa ser retomada”.

Contexto da pesquisa (Brasil, Humaitá e Lábrea – Amazonas)

A presente pesquisa realizou-se na Escola Municipal Dom Bosco, Escola Estadual Duque de Caxias e Escola Estadual Plínio Ramos Coelho, localizadas no Município de Humaitá-AM; Escola Estadual Educandário Santa Rita e Escola Municipal Maria do Socorro Brito em Lábrea-AM, aplicado em agosto de 2024, com 41 (quarenta e um) participantes, sendo estudantes do ensino fundamental e médio, atuantes na EJA.

Informações sociodemográficas discentes – EJA Brasil

A seguinte pesquisa demonstra que 53% dos participantes cursam o Ensino Médio, 43,9% o Ensino Fundamental II e 2,4% Ensino Fundamental I. Todos no período noturno. Dos participantes, 62,5% são do sexo feminino e 37,5% estudantes do sexo masculino. Com relação à idade: 53,7% estudantes possui idade entre 18 e 25 anos; 17,1% entre 26 e 35 anos; 24,4% entre 36 e 45 anos e 4,9% entre 46 e 55 anos. 61% declaram-se solteiros e 39% casados.

A educação deve ser estimulada a novas compreensões, novos desafios levando a busca de novos conhecimentos e práticas, um processo de compreensão de mundo. Freire (2007 apud Vargas e C. Gomes 2013) “toda prática tem como objetivo de ir além de onde se está”.

Com relação a dependentes: 9,8%, não possuem dependentes; 2,4% possuem um dependente; 36,6% possuem dois dependentes; 22% possuem três dependentes; 19% possuem quatro dependentes e 9,8% acima de quatro dependentes, ou seja, quase 90% dos participantes da pesquisa possuem dependentes.

Dos entrevistados, 92,5% diz ter responsabilidade doméstica e 7,5%, não ter esta responsabilidade.

A rotina de atividades ocupacionais formais e informais entre os integrantes da EJA, principalmente relacionado às mulheres estudantes dificultam o retorno e a efetivação no processo de escolarização.

Eiterer, Dias e Coura (2019 apud Barreto e Musial 2021), relatam que:

A atividade laboral de mulheres se configura, principalmente, enquanto ações de cuidado e consequentemente, como trabalho doméstico. [...] sendo trabalho remunerado e também não remunerado, possui uma natureza reprodutiva, é marcada pela invisibilidade e continuidade, ultrapassando fronteiras e resultados na combinação, pela mãe, do cuidado com as/os filhas/os e da casa com o trabalho remunerado.

A rotina das mulheres que são mães e possuem atividades diárias com ocupação permanente em consequência das obrigações. Barreto e Musial (2021), à decisão de retorno à escola, tomada pelas estudantes, não transcorre sem conflitos e disputas, muitas delas relacionadas ao trabalho convencionalmente estabelecido como feminino na nossa sociedade.

Em relação à desistência de ano escolar por não conseguir conciliar atividade doméstica com a rotina de estudos: 79,5% afirmaram que sim e 20,5% que não.

A dificuldade dos jovens, adultos e idosos em organizar seus horários de estudos é ocasionada principalmente por suas ocupações.

Mascarenhas, Medeiros e Peluso (2013; p. 99- 100):

Estes hábitos devem se desenvolver ainda em sala de aula, com a atenção que o aluno emprega ao ato de ensinar do professor, que por sua vez deve ser um facilitador nesse processo. [...] o jovem adulto precisa estender a dedicação a seus estudos também a ambientes externos ao da sala de aula, para que haja uma reflexão acerca do que foi apresentado, de modo a favorecer a incorporação desse novo conteúdo, caracterizando assim, comportamentos de planejamento e revisão, os quais conhecemos como hábitos de estudos.

O estudante precisa ser orientado em todas as esferas da educação escolar a desenvolver e fortalecer sua autonomia e comprometimento através de ações do ato de estudar, principalmente na organização de seus horários e comprometimento com as atividades escolares, pois o mesmo precisa ser o protagonista do seu aprendizado, adotando novas atitudes que venham colaborar com seu desempenho e amadurecimento no ato de aprender.

Quanto a possuir local apropriado com condições estruturais para estudar em casa: 53%, afirmam que sim; 22 % em parte e 24,4% que não.

Para Mascarenhas, Medeiros e Peluso (2013, p. 100-101) então, compreendemos que para se fazer um bom estudo é imprescindível a organização do local e tempo. [...] É preciso determinar o que estudar em cada horário reservado.

Questões infraestruturais do ambiente e comportamento de estudo dos discentes – EJA Brasil

Quanto à frequência no hábito da leitura em casa: 9,8% consideram que não se aplica; 9,8% consideram fraco; 34,1% consideram regular; 26,8%, consideram bom e 19,5%, consideram ótimo.

Os hábitos de estudo contribuem para efetivação do aprendizado: 9,8% consideram fraco; 26,8% consideram regular; 31,7% consideram bom e 3,7% consideram ótimo.

Hábito de realizar atividades escolares em casa: 7,5% consideram que não se aplica; 5% consideram fraco; 17,5% consideram regular; 32,5% consideram bom; 37,5% consideram ótimo.

O hábito de estudo interfere em um novo estilo de vida, não só para o discente, como para as pessoas que se relacionam diretamente com o estudante. Mascarenhas, Medeiros e Peluso (2013, p. 99 - 100): [...] todo cenário educacional exige a participação ativa dos estudantes, como assiduidade, pontualidade, comprometimento nas atividades ministradas em aula e a organização para hábitos de estudos.

Enquanto ser principal no processo de estudo e aprendizagem, o estudante organiza os horários para realização de leituras, materiais utilizados para o cumprimento das atividades, local adequado para que aconteça de forma confortável o estudo de acordo com o tempo disponível com adaptação favorável ao seu ambiente de aprendizagem.

REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

A necessidade em que os discentes da Educação de Jovens e Adultos precisam se adequar às práticas dos hábitos de estudos é em virtude da sua influência para melhorar o rendimento educacional escolar e social e tendo em vista, a importância para o aprendizado no contexto a contribuir incentivando aulas práticas na atividade docente que estejam voltadas a realidade e necessidade dos estudantes de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Por se tratar de um assunto de relevância para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes, através do estudo e aprendizagem, o resultado deste trabalho destaca pontos significativos para a qualidade do ensino da EJA, através da pesquisa bibliográfica realizada que possibilitam reflexões acerca da temática e em busca de estratégias que incentive o retorno dos cidadãos com idade igual ou maior que 15 (quinze) anos ao processo educacional escolar, para que assim possam dar início ou continuidade ao ciclo estudantil.

Outro ponto a ser destacado é a importância de atividades complementares voltadas ao fortalecimento da educação profissional para a modalidade. Vale ressaltar que o currículo da EJA é diversificado e na maioria das escolas com essa modalidade possam ser disponibilizadas oficinas educativas que incentivem novas práticas trabalhistas para o auxílio em uma possível alternativa de renda para os discentes. Amazonas (2021, p. 50) “sua construção deve ter um caráter político e cultural, que

reflita os interesses, aspirações e expectativas da comunidade escolar; que considere as necessidades e condições do estudante e que estimule o seu potencial e/ou capacidade”.

Através deste processo prático e interativo que os envolvidos possam vivenciar situações concretas e compartilhar conhecimentos desenvolvendo suas habilidades. “A escola, sendo a guardiã do ensino, desempenha seu papel mais importante: formar cidadãos do bem, instruídos, educados, conscientes de sua contribuição na construção de um mundo mais humano. Isso exige uma atenta reflexão para a construção de seu currículo e as práticas pedagógicas aplicadas” (Amazonas, 2021, p. 50).

Portanto, a pesquisa tem grande valia para o setor educacional escolar e social, por se tratar de um tema que envolve educação, ensino, aprendizagem, cidadania e currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da totalidade das informações aportadas pela pesquisa, podemos afirmar que os estudantes precisam ser orientados em todas as esferas da educação escolar a desenvolver e fortalecer sua autonomia e comprometimento através de ações do ato de estudar, principalmente na organização de seus horários e comprometimento com as atividades escolares, pois o mesmo precisa ser o protagonista do seu aprendizado, adotando novas atitudes matéticas que venham colaborar com seu desempenho e amadurecimento no ato de aprender. Enquanto ser principal no processo de ensino, estudo e aprendizagem, o estudante organiza os horários para realização de leituras, materiais utilizados para o cumprimento das atividades, local adequado para que aconteça de forma confortável o estudo de acordo com o tempo disponível com adaptação favorável ao seu ambiente de aprendizagem.

Esse processo de fortalecimento dos hábitos de estudos acontece a partir da extensão da sala de aula, onde são ministrados os conteúdos que a posteriori serão revisados e dado ênfase ao seu ambiente de estudo extraclasse, onde o professor e equipe técnico-administrativa educacional sejam os orientadores e facilitadores, em concordância com os assuntos ministrados por ele no ambiente escolar, passando a fazer parte da vivência do educando.

Ao critério de organização dos horários, são particulares a cada indivíduo sendo importante que cada um organize sua rotina com seu ritmo e suas necessidades, com esforço matética, dedicação, disciplina, autorresponsabilidade e propósito, assegurando também a realização de outras atividades artísticas, desportivas, culturais e sociais, mantendo boa saúde física, mental e emocional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.da S.& MASCARENHAS, S.A do N.(2006). **Cognição, motivação e aprendizagem escolar**, Rio de Janeiro, SANM.
- AMAZONAS, Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino-SEDUC: **Proposta Pedagógica e Curricular para Educação de Jovens e Adultos**. Manaus, 2021.
- BELEZA, J. O; Nogueira Eulina M. L. **Contexto histórico da educação de jovens e adultos no Brasil**. Ano 4, Vol. IV, Número 2, jul- dez, 2020, p. 107-126.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL, Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Relatório do 4º Ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022. – Brasília. DF: Inep. 2022.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, 9394/1996.

BRASIL - Parecer CEB/2000. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000.

BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000. Câmara de Educação

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 e 42 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18/abr./1997.

CENSO 2017. **IV Recenseamento geral da População em Moçambique.** Instituto Nacional de Estatística. Maputo: INE. 2017.

[DIVULGAÇÃO OS RESULTADOS PRELIMINARES IV RGPH 2017.](http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017) *Instituto Nacional de Estatística.* 29 de dezembro de 2017. Consultado em 08 de dezembro de 2024

<http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017>

GADOTTI, Moacir. **Estado e Educação popular.** Conferência na UNESCO, 1992.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad - c): microdados.** [Rio de Janeiro, 2022]. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-dedomicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>>: Acesso em: 20 agosto. 2024.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio-ago. 2000. Doi: 10.1590/S0102-88392000000100005.

INDE/MINED. **Plano Curricular do Ensino Básico: Objectivos, Estrutura, planos de Estudos e Estratégias de Implementação.** Maputo: UNESCO, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO - INS. **Legislação, políticas e diretrizes para a EJA.** 2010. Pós Graduação Lato Sensu.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Educação em Moçambique.** Estudos Temáticos do Censo 2017- INFOGRÁFICO.

LÁBREA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikipédia, **Lábrea 2024.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lábrea>. Acesso em 23 dez. 2024.

MARQUEZ, N.A. G; GODY, D.M.A. **Política pública para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa.** Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v.19, n.2, p.25-42, maio-agosto. 2020.

MASCARENHAS, Suely A. do N. **Determinantes do Rendimento Acadêmico no Ensino Superior: Humaitá, AM: UFAM/ Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente,** . 2013. Universidade Federal do Amazonas – CNPQ/LAPESAM.

MASCARENHAS, Suely A. do N. **Determinantes do Rendimento e do bem estar psicossocial em contextos educativos formais: pesquisas em educação, psicopedagogia e psicologia na Amazônia. Hábitos de estudante e rendimento acadêmico na universidade.** 2013. Universidade Federal do Amazonas – CNPQ/LAPESAM.

MATIAS, Félix; LIMA Cláudia Araújo de. **Marco temporal das políticas de educação de jovens e adultos em Moçambique: perspectivas de formação e os**

aspectos socioeconômicos. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer – Jandaia-GO, v.18 n.36; p. 170. 2021.

MINEDH: Plano Estratégico de Educação (2016 – 2020). Moçambique, Maputo, 2016.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 4/83. **Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique - SNE.** Boletim [da] República. BR nº. 12, I Série. Maputo, 23 mar. 1983.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 18, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação na República de Moçambique. **Boletim [da] República.** Maputo, 28 dez. 2018.

MOÇAMBIQUE. CONSELHO DE MINISTROS DE MOÇAMBIQUE. Estratégia nacional de alfabetização e educação de adultos de Moçambique. Maputo, 2011.

PÉLISSIER, René. História de Moçambique, formação e oposição 1854-1918, Volume 1 (3ª Ed), p. 99. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. ISBN 972-33-1009-0.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ. Dados históricos. Disponível em: <https://www.humaita.am.gov.br/pagina/dados-historicos>. Acesso em 23 dez. 2024

RAMALHO, J. Os hábitos de estudos em estudantes do 3º ciclo do ensino secundário, Monografia. Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2001.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

SINGO Brígida D'Oliveira. Educação de adultos em Moçambique - passado, presente e perspectivas. Marcia Alvarenga e Sonia Rummert. Rev. Trabalho necessário, V.19, nº 40, 2021 (set-dez) ISSN: 1808-799X.

SOARES, Carly G.G; MENDONÇA Maria de F.C.; MASCARENHAS, Suely A.N. (2023). Questões Epistemológicas da Pesquisa em Educação e Ensino. Em Hábito de Estudo e Eficiência no Processo de Ensino-estudo e Aprendizagem escolar. (333 a 343) São Paulo: Alexa Cultural, Manaus: EDUA, 2023.

SOARES, Carly G.G; MASCARENHAS, Suely A.N.; MAIA, António A. A organização dos hábitos de estudos no ensino de jovens, adultos e idosos, na modalidade – EJA, nos municípios de Humaitá e Lábrea-AM, Brasil e na cidade de Tete - Região Centro de Moçambique. Nova Revista Amazônica - Volume XII- nº 03 – dezembro 2024 - ISSN: 2318-1346.

SOUZA, M. A. Educação de jovens e adultos. Curitiba: Ibpx, 2007.

VARGAS Patrícia Guimarães; C. GOMES Maria de Fátima. Aprendizagem e desenvolvimento de jovens e adultos: 461 Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 2, p. 449-463, abr./jun. 2013.

Recebido: 30/09/2024.

Publicado: 01/01/2025.

Autoria:

Carly Ghermeson Garcia Soares - Professor na rede pública de Humaitá, Amazonas, Mestrando no Programa de pós-graduação Ensino de Ciências e Humanidades, Universidade Federal do Amazonas, Campus Vale do Rio Madeira, Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, IEAA, Humaitá.

E-mail: carlyhumaita@gmail.com

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0014-3756>

País: Brasil

Suely A. do N. Mascarenhas - Professora na Universidade Federal do Amazonas, colaborando na graduação e pós-graduação. Orientadora do mestrando, primeiro autor.

E-mail: suelyanm@ufam.edu.br

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0545-5712>.

País: Brasil

Antônio Alone Maia- Professor na Universidade de Rovuma, UNIRROVUMA, Moçambique, docente visitante estrangeiro na Universidade Federal do Amazonas, colaborando na Pós-graduação junto ao PPPGECH, Humaitá. Co orientador do mestrando, primeiro autor. Doutor em Antropologia Social pela USP-SP, 2015. Docente da UniRovuma nos programas de graduação em Antropologia, Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia de desenvolvimento Comunitário. Docente e Professor visitante do Programa De Pós-Graduação Em Ensino De Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: alonemaia13@gmail.com: Moçambique.

Orcid. <https://orcid.org/0000-0002-3500-8235>

Instituição: Universidade de Rovuma, UNIRROVUMA

País: Moçambique

: